



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3087 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
FEVEREIRO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Diogo Faro

Ficou conhecido com o blog *Sensivelmente Idiota*. O humorista de 33 anos é um dos mais seguidos nas redes sociais. Mas para além de fazer rir, Diogo Faro conversou com *A Voz do Operário* sobre o uso que faz desta atividade para denunciar todas as formas de discriminação e lutar contra o fascismo. **págs. 8 e 9**



Photo by Christian Bowen on Unsplash

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Como a saúde pública melhorou as nossas vidas

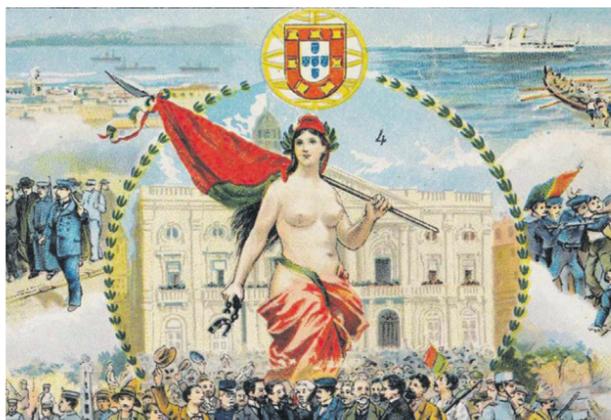
Milhares de profissionais constituem o exemplo de como o Serviço Nacional de Saúde é uma das principais conquistas da luta dos trabalhadores e das populações. No combate a uma inédita pandemia no nosso

tempo de vida, apesar dos desinvestimentos, das insuficiências e das portas abertas aos privados, o acesso de todos à saúde é um direito que não tem preço. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO Celebrar é resistir

A instituição celebra, no dia 13 de fevereiro, 138 anos de um percurso ligado aos trabalhadores e à população. É uma história que se constrói coletivamente. **pág. 5**



Marcelo reeleito Presidente

O atual chefe de Estado foi reconduzido a um segundo mandato de cinco anos. Com a maior abstenção de sempre, Marcelo Rebelo de Sousa foi eleito com 60,70% dos votos no dia em que se registou uma afluência às urnas de 39,48%. Ana Gomes roçou os 13%, muito abaixo de Sampaio da Nóvoa, João Ferreira chega aos 4,32%, acima de Edgar Silva, e Marisa cai para os 3,95%. **pág. 13**



Carris reduz autocarros

Em pleno confinamento, a empresa pública decidiu reduzir a oferta quando as orientações sanitárias são de garantir o distanciamento entre passageiros, dentro dos transportes públicos. Já os comboios suburbanos continuam a registar enchentes sempre que há alguma avaria. Quando a pandemia se agrava, as imagens de composições cheias chocam os utentes. **pág. 11**



O que muda com Biden

O emigrante João Pedro Ferreira escreve sobre a derrota de Trump e a vitória do democrata. Apesar da promessa de Biden fazer regressar o país à tradicional liderança do "mundo democrático", o seu já longo papel na política norte-americana não deixa espaço para optimismos iludidos, nomeadamente no que toca ao posicionamento dos EUA na política internacional. **pág. 14**

138 anos ao serviço dos sócios e da comunidade

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Vivemos tempos muito difíceis do ponto de vista sanitário, sendo este o pior momento que atravessamos desde que a pandemia da Covid19 assolou o nosso planeta, com Portugal a ser nesta fase particularmente afetado, com consequências naturalmente muito nefastas, não só em termos de saúde pública, mas também nos aspetos económico e social da população.

Encontramo-nos num período deveras complicado, mas nem por isso A Voz do Operário deixa de estar de novo de parabéns, uma vez que celebra no próximo dia 13 de fevereiro o seu 138º aniversário. São quase 14 décadas de uma vida plena de êxito no cumprimento do desígnio dos seus fundadores, de defesa dos direitos dos trabalhadores, pugnano pela sua dignificação e elevação cultural, com uma história muita rica ao serviço dos sócios e da comunidade.

Foi igualmente num tempo muito difícil, de grande exploração e profunda pobreza, que foi fundada a Voz do Operário.

Os operários, neste caso os da indústria tabaqueira, sofriam uma vida miserável, auferindo salários insignificantes e trabalhando em péssimas condições higiénicas e de salubridade, manuseando materiais altamente nocivos à sua saúde, que lhes provocava doenças pulmonares, como a tuberculose, e lhes reduzia significativamente o tempo de vida.

Isto apesar de trabalharem numa indústria bem próspera à época, mas em que apenas uma ínfima parte da riqueza gerada pelo tabaco chegava aos bolsos dos trabalhadores.

Em outubro de 1879 saiu o primeiro número do Jornal "A Voz do Operário", surgido da necessidade de dar resposta ao facto dos jornais da época silenciarem as reivindicações dos operários na sua luta contra a exploração a que estavam sujeitos.

Mas era necessário encontrar uma estrutura que desse suporte ao Jornal, e assim foi fundada em 13 de Fevereiro de 1883, A Sociedade "A Voz do Operário", que como constava dos seus estatutos tinha como principais objetivos: "Sustentar a publicação do periódico A Voz do Operário"; "Estudar o modo de resolver o grande problema do trabalho, procuran-

do, por todos os meios legais, melhorar as condições deste, debaixo dos pontos de vista económico, moral e higiénico;" "Estabelecer escolas, gabinetes de leitura, e tudo quanto em harmonia com a índole das sociedades desta natureza, possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral, e dos sócios em particular."

Nascida em consequência da luta dos operários tabaqueiros contra a grande exploração a que estavam sujeitos, A Voz do Operário tem uma história repleta de sucessos, não só em prol da educação, como na ação social, na cultura e no desporto, em que, desde os seus fundadores, muitas gerações de dirigentes, sócios e amigos, sempre colocaram a Voz do Operário na linha avançada da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Dadas as circunstâncias atuais, não estão previstas iniciativas de comemoração do aniversário, aguardando-se a eventualidade de lá mais para a frente, se a situação pandémica o permitir, se proceder ao tradicional jantar e sessão solene.

Em resultado das últimas decisões governamentais, a atividade escolar encontra-se num período de interrupção letiva, que segundo o Governo, será compensado com as férias do carnaval e da Páscoa. Pelo mesmo motivo encontram-se igualmente suspensas as restantes atividades da Voz do Operário, com exceção das de índole social, designadamente o serviço de apoio domiciliário e os serviços de fornecimento de refeições acordados com a Segurança Social e com a Câmara Municipal de Lisboa, mantendo-se também a entrega domiciliária de refeição aos utentes do Centro de Convívio.

Apesar da interrupção letiva, iremos manter o contacto regular com as nossas crianças, tentando igualmente criar formas para que através da Voz do Operário, mantenham o contacto entre elas, ajudando assim a melhor poderem ultrapassar esta fase de confinamento.

Comemoramos os 138 anos de história da Voz do Operário, não só enaltecendo a história de uma Instituição com uma vida perene de realizações e intensa na defesa das causas dos trabalhadores, como reforçando a certeza de que saberemos todos, associados, dirigentes, trabalhadores e amigos, construir um futuro que honre e prossiga o legado e o prestígio da Voz do Operário, em prol dos seus sócios e da comunidade.

EDITORIAL

Público é de todos, privado é só de alguns

A grave situação de crise sanitária que vive o país mostra, mais do que nunca, a importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Sem o empenho de milhares de profissionais nas diferentes frentes desta batalha, o cenário seria incomparavelmente pior. Foi em 1979 que o país viu o nascimento do SNS, conquista da luta dos trabalhadores, das populações e da revolução de Abril, apesar dos votos contrários do PSD e do CDS, incluindo do reeleito Presidente da República.

Ao longo de décadas, os sucessivos governos, também os do PS, trataram de enfrentar o direito constitucional a cuidados de saúde, abrindo as portas aos privados. Hoje, está à vista a importância dos serviços públicos. A falta de investimento e de profissionais de saúde conduziu à degradação do SNS, como nunca deixaram de alertar sindicatos e partidos à esquerda do PS.

Mas os que todos os dias dão o seu melhor para salvar vidas fazem-no apesar da indiferença dos inimigos do SNS. São verdadeiros heróis, quando outros se dedicam a usar a pandemia como negócio. É o caso das farmacêuticas que não têm pejo em produzir e distribuir vacinas consoante o comprador. E é o caso dos países da União Europeia e dos Estados Unidos, entre outros, que não querem suspender as patentes das vacinas para facilitar o acesso de países mais pobres a esta importante arma contra a covid-19.

Foi neste cenário que em Portugal se realizaram eleições presidenciais que deram a vitória a Marcelo Rebelo de Sousa, para um segundo mandato. Com uma esperada elevada abstenção, os resultados ficaram marcados por muito do que televisões, rádios e jornais ofereceram aos eleitores durante uma campanha fortemente condicionada: uma passeira vermelha estendida a um candidato de extrema-direita. É um sinal negativo e profundamente anti-democrático que se tente polarizar a política em torno de uma figura que representa os interesses radicalizados dos grandes grupos económicos e financeiros. Ou seja, a brutalização do capitalismo.

Mas este mês A Voz do Operário faz 138 anos e esse não é um elemento de menor importância, pois demonstra que é a força coletiva dos trabalhadores que faz avançar a resistência. Porque fomos, somos. Porque somos, seremos.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo

REDATOR PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho

DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge

FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura,

Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho,

Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais,

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA

Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,

n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 3.500 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



ESCOLAS

A importância do espaço exterior em tempos de pandemia



A maioria das crianças passa metade do tempo que os seus pais passavam em atividades ao ar livre.

Sónia Alagoa, Educadora
Tatiana Ferreira, Psicóloga

Depois de alguns meses em casa, o regresso à escola fez-se com todos os cuidados recomendados pela DGS de forma a manter toda a comunidade escolar em segurança. O desafio maior seria manter a nossa identidade e projeto educativo sem colocar em causa a segurança de todos e a confiança que as famílias têm em nós. Por todo o lado víamos medidas adoptadas que constroem os processos de socialização e de aprendizagem e as recomendações diziam-nos para usufruirmos mais do espaço exterior.

As Orientações Curriculares para o Pré-Escolar referem também o espaço exterior como uma mais-valia para atividades da iniciativa da criança, pois possibilitam-lhes oportunidades de desenvolver diversas formas de interação social e de contato e exploração de diversos materiais.

Mas ir à rua, para muitas crianças e famílias, ia acontecer pela primeira vez ao final de muitos meses e, para muitos de nós, este desconfinamento, depois de tanto tempo em casa, era pautado pelo medo e pela insegurança. Seria possível fazer visitas de estudo, visitar museus e ir ao teatro?

Entendemos a escola como um espaço privilegiado e promotor de construção social e é na partilha que consideramos que as crianças (e os adultos) se desenvolvem e se constroem enquanto cidadãos. A escola, como dizia David Rodrigues, no ciclo de conferências promovido pelo Museu do Aljube “Cidadania porque sim!”, não substitui a família mas esta também não substitui a escola enquanto espaço de socialização e de construção da cidadania. É a escola o espaço que nos coloca em contacto com o outro, além de nós e da nossa família e o espaço capaz, se o quiser, de promover a equidade entre todos.

Somos seres sociais, gregários e de contacto. Se os adultos podem, racionalmente, tentar manter o distan-

ciamento físico, deixar os abraços e procurar outras formas de se expressar, para as crianças este distanciamento é difícil, quase impossível de manter. Como expressar afetos? Como aprender a partilhar? Como desenvolver a empatia e compreender as emoções do outro?

O exterior como espaço para crescer na relação consigo, com o outro e com o meio natural e social envolvente

Um estudo promovido pela National Trust de 2018, sugere que a maioria das crianças passa metade do tempo que os seus pais passavam em atividades ao ar livre. Os motivos que levam a tal são de ordem política como a falta de tempo dos pais, mas também cultural, como o receio que as crianças adoeçam ou se magoem.

A maioria das nossas crianças passam a maior parte do tempo dentro de um apartamento, sem espaço livre para saltar, correr e desafiar o seu corpo. Conhecer os seus limites físicos e dominar competências motoras é fundamental para o seu crescimento físico e psicológico (emocional e cognitivo).

Brincar no exterior de uma sala de aula, de uma casa, permite à criança desenvolver a motricidade, a coordenação, o equilíbrio e repor os níveis de vitamina D, tão necessário para o bom desenvolvimento ósseo. A nível psicológico (emocional e cognitivo), promove o bem-estar psicológico, a gestão de stress e da ansiedade, a redução da fadiga emocional. Em particular, quando brincar no exterior se caracteriza por brincar na natureza, falamos também de aprender a observar e contemplar o espaço que a rodeia, refletir e questionar-se sobre ele, aprendendo sobre os elementos naturais e os seus arredores, sobre o clima, sobre a mudança das estações e os diferentes animais que vivem lá fora, aprender sobre quem somos neste ecossistema e qual a nossa pegada ecológica, pois ao contactar com a natureza a criança

confronta-se com questões que lhe seriam vedadas se confinada a uma sala.

Mas brincar na rua traz também possibilidade de promover a sua criatividade, a capacidade de abstração e a imaginação que surgem quando os materiais estruturados deixam de existir e a criança sente a necessidade de usar os recursos que dispõe à sua volta para criar e experimentar diferentes papéis sociais que negocia, e testa limites enquanto inventa personagens; ao brincar no meio das árvores a criança pode ser um urso na selva, ser uma bruxa ou um feiticeiro com um simples galho de uma árvore ou um chef de culinária numa cozinha de lama.

Mas sair para o espaço exterior é também conhecer o mundo social ao redor, conhecer a nossa comunidade e a nossa cultura. Em Portugal, a prática de sair da sala no ensino pré-escolar e na creche tem-se tornado cada vez mais rara, sendo esse tempo ocupado por atividades que ensinam o mundo através de um caderno de fichas e de uma folha de papel. Devido à situação pandémica, menores foram as visitas de estudo e os passeios à comunidade, ficando cada vez mais apartadas do mundo em que vivem e à mercê das desigualdades sociais que não são colmatadas quando a escola fecha as crianças entre as suas quatro paredes.

Ao sair da sala, os educadores e professores permitem às suas crianças explorar o mundo, aprender fora da sala, experimentar e observar, entrar em contacto com o meio sociocultural em redor. Ao sair da escola a criança aprende regras de segurança e convivência social, conhece e começa a construir o seu papel social. Descobre o mundo e dá significado ao que aprende na escola.

Fruto destas inquietações, foi criado o mote para mantermos aquilo que, enquanto agentes de educação, sabemos ser fundamental para o desenvolvimento infantil.

Mantivemos visitas de estudo, aproveitando as condições de higiene e segurança que os museus e teatros ofereciam e com a sorte dos espaços se encontrarem muito menos lotados do que outrora, usufruímos do Oceanário de Lisboa, do Teatro LUCA, do CCB, e da Exposição “Meet Van Gogh”. Também visitamos espaços ao ar livre que nos permitiram maior contacto com a natureza: Palácio de Monserrate, Convento da Peninha, Guincho, Quinta do Pisão, Lagoa Azul (todos no Parque Natural Sintra-Cascais), Serra da Arrábida, Monsanto, praia, Dino Parque e ainda tivemos tempo de ir apanhar azeitona.

Além disso, começamos a quebrar uma barreira cultural tipicamente portuguesa, o receio do tempo frio e o medo de ficar sujo. Por isso, fizemos muitas vezes como o caracol, quando começava a chover, lá íamos nós, chapinhar nas poças de água, de galochas e fatos para a chuva, bem agasalhados, aproveitar a criatividade e liberdade que se tem quando se é criança.

Apesar desta reflexão nos remeter para o tempo de regresso à escola e de como privilegiamos o espaço exterior ao longo do primeiro período, estamos novamente em confinamento e pensando que possivelmente voltaremos ao Ensino à Distância.

Que o medo não nos tire a capacidade de pensar e de encontrar soluções para aquilo que acreditamos ser realmente importante.

A primeira reunião do PCP foi logo proibida, ainda em 1920



Presidia à reunião o poeta Eduardo Metzner, aqui retratado por Almada Negreiros.



A sede da PIDE em Lisboa, cercada pelo MFA, no 25 de Abril (foto do Arquivo Municipal de Lisboa).

Luís Carvalho, investigador

Estava marcada para o dia 22 de Dezembro de 1920, na sede de um sindicato (a Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa), na rua António Maria Cardoso.

Seria a primeira reunião da recém formada “Comissão Organizadora” do Partido Comunista Português.

Logo à partida, um dos membros, Manuel Ribeiro, não poderia participar porque era preso político há já dois meses.

A reunião ainda teve início, sob a presidência de Eduardo Metzner. Mas a polícia invadiu o edifício e não “consentiu” que a reunião prosseguisse.

Alegou a força de autoridade que os promotores da reunião não possuíam a devida autorização do governador civil, e que não podiam ser discutidos assuntos políticos na sede de um sindicato.

Era o Portugal da 1ª República. Desta vez, a polícia limitou-se a impedir a reunião sem prender ninguém. Mas foi relativamente comum esse tipo de repressão sobre reuniões perfeitamente pacíficas de diferentes estruturas da classe trabalhadora (do jovem PCP a sindicatos e ao velho Partido Socialista Português).

Este caso foi particularmente simbólico por se tratar da primeira reunião do PCP e da primeira repressão que este partido sofreu, logo à nascença, ainda antes de enfrentar a mais longa ditadura fascista. E por se ter realizado no mesmo edifício onde depois funcionou a sede da PIDE.

A sede da PIDE

Em 1920 era uma das mais importantes sedes sindicais na cidade de Lisboa. Além do sindicato dos caixeiros, estava ali sediada a federação de operários gráficos, a cooperativa dos trabalhadores da Casa Ramiro Leão e a Federação Nacional de Cooperativas. Ali tinha nascido, no ano anterior, o primeiro sindicato da função pública (a Associação de Classe dos Empregados do Estado).

Já tinha sido ali, naquele mesmo edifício, que num debate público dias antes se tinha decido fundar o PCP, numa proposta apresentada por João de Castro, ex-deputado e ex-vice-presidente do antigo Partido Socialista. E ali se tinha constituído a sua comissão organizadora.

Ao instalar a sede da sua polícia política num edifício marcante na história do movimento operário, a ditadura de Salazar não foi original. Limitou-se a imitar um exemplo de Adolf Hitler.

Três semanas depois de chegarem ao poder, em 1933, os nazis ocuparam a Casa Karl Liebknecht, em Berlim, onde desde 1926 funcionava a sede central do Partido Comunista Alemão. E ali instalaram uma secção da GESTAPO, tornando-o um local de detenção e tortura de resistentes antifascistas e de judeus.

Uma diferença que salta à vista é que no caso alemão, depois do fascismo, a memória e a função do edifício foram em grande medida recuperadas e preservadas – apesar de ter sido bombardeado durante a 2ª Guerra Mundial. Situado na zona leste da cidade, foi reconstruindo e albergou o “Instituto Marx-Engels-Lenin”. Funciona hoje como sede do partido A Esquerda (Die Linke).

Sebastião Eugénio e Júlio Ferreira de Matos

Em relação à comissão organizadora do PCP, um traço a salientar é que pelo menos um terço dos seus membros vieram a ser presos políticos sob a ditadura. Houve um que acabaria por se tornar salazarista, Carlos Rates, mas foi uma excepção.

Dois deles tiveram um papel relevante na vida da Voz do Operário: Sebastião Eugénio, um dos mais importantes sindicalistas entre os operários corticeiros e depois entre os funcionários públicos; e Júlio Ferreira de Matos, destacado sindicalista metalúrgico e do Arsenal do Exército.

Em 1919, a classe trabalhadora sofria ainda as consequências da 1ª Guerra Mundial, com uma tremenda desvalorização dos salários, miséria e fome. Deram-se então

muitos conflitos laborais por questões salariais, com greves e repressão policial sobre os trabalhadores. Na sociedade A Voz do Operário um diferendo entre funcionários e a direção foi resolvido através do diálogo, com uma comissão arbitral composta por 2 representantes de cada parte e um “árbitro de desempate” - que foi Sebastião Eugénio.

Este fundador do PCP mal chegou a ver a ditadura, pois faleceu de doença prolongada logo em Junho de 1926.

Quanto a Júlio Ferreira de Matos, foi um dos ativistas que asseguraram a continuidade da Voz do Operário na difícil década de 1930, altura em que integrou a direção e o conselho fiscal, além de colaborar pontualmente no jornal.

Vivendo até 1948, Júlio de Matos conheceu bem a ditadura. Esteve entre os membros da comissão organizadora do PCP que foram presos políticos sob o fascismo.

Eduardo Metzner

Tratando-se aqui da primeira reunião do PCP, cabe dizer algo mais acerca da pessoa que a ela presidiu, até aparecer a polícia: Eduardo Metzner. Foi também um dos primeiros dirigentes e porta-vozes do PCP, apesar de já gravemente doente, vindo a falecer em 1922.

Este jornalista, que vinha de ser redator do jornal socialista *O Combate*, salientou-se como poeta revolucionário. O que lhe valeu ser preso político ainda no tempo da monarquia, quando apoiou a causa republicana. Mas depressa percebeu os limites do Partido Republicano. E tornou-se anarquista. Impulsionado pela simpatia que lhe despertou a revolução bolchevique na Rússia, aproximou-se primeiro do antigo Partido Socialista e lançou-se depois à fundação do PCP.

No seu funeral, que saiu da sede do sindicato dos jornalistas, o primeiro discurso coube a um futuro presidente da Voz do Operário, Domingos Cruz, seu companheiro de trabalho.

Almada Negreiros desenhou o retrato de Eduardo Metzner que ilustra este artigo.

VOZ

Um projeto coletivo que celebra 138 anos



Vítor Agostinho, Libério Domingues e Joaquim Baltazar, tomam posse dos órgãos sociais d'A Voz do Operário.

Em 1879, oito anos depois da formação do primeiro governo operário da história na Comuna de Paris, que este ano celebra 150 anos, as mulheres e os homens que defendiam os mesmos princípios e suavam em Lisboa por meia dúzia de tostões na indústria tabaqueira decidiram fazer este jornal e chamar-lhe A Voz do Operário.

Como afirmou o sindicalista José Gregório de Almeida, em 1938, A Voz do Operário nasceu “da luta dos trabalhadores das fábricas de tabaco” face ao seu “esmagamento moral e material”, num tempo em que este era um dos setores operários mais “desgraçados”. Porque a imprensa generalista não lhes dava voz, um grupo de trabalhadores mais conscientes percebeu a importância de terem o seu próprio jornal.

A exigência financeira que implicava a manutenção desta publicação levou a que os operários tabaqueiros procurassem formas de sobrevivência para o projeto. É assim que, a 13 de fevereiro de 1883, nasce a Sociedade Cooperativa A Voz do Operário em cujos estatutos se escreveu ser objeto desta associação “sustentar a publicação do periódico A Voz do Operário, órgão dos manipuladores de tabaco, desligado de qualquer partido ou grupo político”; “estudar o modo de resolver o grandioso problema do trabalho, procurando por todos os meios legais melhorar as condições deste, debaixo dos pontos de vista económico, moral e higiénico”; “estabelecer escolas, gabinete de leitura, caixa económica e tudo quanto, em harmonia com a índole das sociedades desta natureza, e com as circunstâncias do cofre, possa concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral e dos sócios em particular”. Para tanto, os 316 sócios da altura comprometiam-se a pagar uma quota semanal de vinte réis, quantia que retiravam dos seus humildes salários.

Com o objetivo de instruir os operários e os seus filhos, A Voz do Operária encetava um caminho do qual nunca se desligou e pelo qual é amplamente reconhecido.

Hoje, A Voz do Operário mantém viva a ligação à cidade de Lisboa e à população. Ao longo da história, a instituição que foi erguida com o esforço coletivo dos trabalhadores nunca abandonou as raízes.

Da instituição que atravessou três séculos, fizeram parte mulheres e homens que combateram a monarquia, que defenderam os sindicatos na convulsão social durante a República, que resistiram ao fascismo e pagaram com a prisão, que levantaram a bandeira da revolução de Abril e que lutam, hoje, por uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados.

“Da instituição fizeram parte mulheres e homens que combateram a monarquia, que defenderam os sindicatos, que resistiram ao fascismo, que levantaram a bandeira da revolução de Abril”

Hoje, é um projeto de raízes sólidas, reconhecido publicamente, que se mantém fiel aos seus valores iniciais e que assenta a sua atividade no ensino através de um modelo pedagógico alternativo em sete diferentes espaços educativos localizados na Graça, Ajuda, Restelo, Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro. A instituição desenvolve diferentes serviços de apoio social através do seu refeitório, do serviço de apoio domiciliário e do seu centro de convívio. Simultaneamente, a profusão de atividades desportivas e

culturais faz parte da vida d'A Voz do Operário desde o seu nascimento.

O cabeleireiro social e o balneário são outras das valências da instituição que estão disponíveis à comunidade. Entrar n'A Voz do Operário é, em tempos normais, assistir a um corropio de gente que entra e sai para inúmeras atividades. Seja para um ensaio de gaita de foles, para um jogo de futsal ou uma peça de teatro e as pessoas que dão corpo a este projeto são o coração d'A Voz.

Como parte integrante do movimento associativo, a instituição faz parte da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa, da Federação das Coletividades do Distrito de Lisboa e da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

A Voz do Operário caminha de pés bem assentes no chão do presente, de olhos postos no futuro, sem nunca esquecer o seu passado. Hoje, como ontem, há muitas e boas razões para abraçar este projeto e fazer parte de um imenso coletivo de mulheres e homens determinados a continuar a semear um porvir de justiça social e progresso.

Festa adiada

A celebração do 138º aniversário d'A Voz do Operário não será possível nas atuais circunstâncias mas está previsto que ela seja realizada logo que possível. Recordar a história de olhos postos no futuro é um dever de todos aqueles que herdaram das gerações anteriores o percurso de luta e construção de uma instituição ímpar.

Novos órgãos tomaram posse

Devido às circunstâncias sanitárias que marcam a atualidade, a tomada de posse dos órgãos escolhidos pelos associados da instituição no final de 2020 realizou-se de forma condicionada através de meios telemáticos. A lista eleita que agora assumiu a direção d'A Voz do Operário assume um mandato que se espera de continuidade e reforço da atividade da instituição. Em entrevista, o reeleito presidente da mesa da Assembleia-Geral, Libério Domingues, afirmava em dezembro que o mandato que agora começa significa a “continuidade de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta equipa, com um ou outro reforço, no sentido da renovação”.

Nesse sentido, o também sindicalista referia o ensino como “uma das principais marcas d'A Voz do Operário” e que o objetivo será manter o “processo em constante evolução, aperfeiçoamento, moderno”. Já no plano associativo, Libério Domingues destacou a importância da instituição no contexto de pandemia. Desde logo a partir da sua ligação à comunidade, à população e ao movimento sindical, rompendo distâncias e garantindo a ligação aos mais desfavorecidos das zonas onde tem espaços.

Durante a pandemia, a instituição tem continuado a garantir refeições e cuidados através do serviço de apoio domiciliário.



O Serviço Nacional de Saúde foi formalmente instituído com a Lei de Bases da Saúde de 1979, e incorporou as reivindicações populares pelo direito universal à saúde.

Saúde, questão central das nossas vidas

Nunca a saúde pública foi tão importante na vida dos portugueses. A enfrentar uma pandemia inédita no nosso tempo de vida, milhares de profissionais constituem o exemplo de como o Serviço Nacional de Saúde é uma das principais conquistas da luta dos trabalhadores e das populações. Apesar dos desinvestimentos, das insuficiências e das portas abertas aos privados, o acesso de todos à saúde é direito constitucional que não tem preço.

Bruno Amaral de Carvalho

Faltam poucos meses para que se celebrem 45 anos do dia em que a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição da República Portuguesa e lançou as bases daquele que foi apontado, ao longo de décadas, como um dos melhores sistemas públicos de saúde a nível global. Em 2017, o norte-americano International Business Times colocava Portugal entre os cinco melhores países, do mundo, na prestação de cuidados de saúde. No artigo, salientava-se, em relação a Portugal, que este alcançou, em cerca de 50 anos, uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo. Esta foi de

apenas 2,92 mortes por cada 1.000 nados-vivos em 2015, contra 85 mortes por cada 1.000 nados-vivos em 1960. Uma diferença avassaladora que mostra a importância da decisão de fundar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 1979. Então, o International Business Times punha Portugal no grupo de países como o Canadá, Luxemburgo, Coreia do Sul e Alemanha tendo como base critérios como a prevenção e a erradicação de doenças, a vacinação e a prestação de apoio psicológico.

Mas se a taxa de mortalidade infantil sofreu uma queda vertiginosa com a democratização do acesso à saúde, a taxa de mortalidade materna passou de 115,5 mortes por cada 100 mil mulheres para o pico mais baixo em 2000

de 2,5 mortes. De facto, estes números ilustram as palavras do médico Carlos Silva Santos à Voz do Operário em 2019: “O atraso técnico-científico da medicina era enorme e o regime fascista não identificou nenhuma necessidade de melhorar a situação”.

O médico aposentado que foi docente da Escola Nacional de Saúde Pública, coordenador do Centro Regional de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo e coordenador nacional do Programa de Saúde Ocupacional atribui a esses médicos e ao secretário de Estado da Saúde, António Galhordas, logo em 1974, “o lançamento das bases para a criação de um SNS com acesso a todos os cidadãos”. Em junho de 1975, o 4.º governo provisório, de Vasco

Gonçalves, “cria por despacho a mais profunda e efetiva medida operacional que estendeu os cuidados de saúde a toda a população, antecipando na prática o SNS que viria a ser plasmado na Constituição publicada em 1976”.

Vacinação contribuiu para aumento da esperança de vida

Outro dos grandes avanços da medicina moderna teve em Portugal uma profusão sobretudo depois da revolução. Apesar de o Plano Nacional de Vacinação (PNV) ter sido lançado em 1965, depois de 1974 dá-se a massificação da luta pela erradicação de um número muito superior de doenças. Até então, o combate centrava-se na

tuberculose, tétano, varíola, difteria, tosse convulsa e poliomielite. Hoje, o PNV inclui, para além destas, vacinas contra a hepatite B, doença invasiva por *Haemophilus influenzae b*, infeções por *Streptococcus pneumoniae*, doença invasiva por *Neisseria meningitidis C*, sarampo, parotidite epidémica, rubéola e infeções por vírus do papiloma humano.

De facto, o papel do SNS na vida dos portugueses teve como consequência o aumento substancial da esperança média de vida. Em 1970, a expectativa de vida para ambos os sexos era de 67,13 anos. Em 2018, era de 80,93.

Em 1976 a Constituição passou a afirmar no artigo 64.º que “todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover” e que incumbe prioritariamente ao Estado “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, bem como uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o país”.

SNS também fica doente

Mas nem tudo foi pacífico na constituição do SNS. Em 1979, PSD e CDS votaram contra este instrumento do Estado para assegurar o direito à saúde dos portugueses e não foram poucas as vezes em que o caráter público do SNS foi posto em causa. Parcerias público-privadas, taxas moderadoras, encerramento de centros de saúde e falta de profissionais foram alguns dos problemas a enfrentar.

Logo em 1982, apenas três anos depois da primeira Lei de Bases da Saúde, PSD e CDS-PP, tentaram descaracterizar a essência do SNS através de uma proposta legislativa do governo PSD/CDS/PPM liderado por Pinto Balsemão que visava a alteração de cerca de quarenta artigos da lei. Só não foi possível porque o Tribunal Constitucional se opôs ao conteúdo da iniciativa. Mas nesse mesmo ano, acabaram com o serviço médico à periferia sem terem organizado a sua substituição. Daí em diante os cuidados primários de saúde deixaram de conseguir assegurar uma cobertura total. Hoje, há mais de 700 mil utentes sem médico de família.

Oito anos depois, em 1990, foi aprovada uma nova Lei de Bases da Saúde que integrou a ideia da gestão dos hospitais por regras empresariais. Nela previa-se, por exemplo, o apoio ao “desenvolvimento do setor privado da saúde [...] em concorrência com o setor público”, dando espaço à “criação de incentivos à criação de unida-

des privadas e na reserva de quotas de leitos de internamento em cada região de saúde”. Outra das novidades foi a abertura à ideia da “mobilidade entre o setor público e o setor privado” como objetivo da política de recursos humanos da saúde. Isso traduziu-se, de facto, num forte crescimento do setor privado da saúde, quase sempre acompanhado por efeitos negativos no SNS, sobretudo ao nível da competição por profissionais do setor.

Com Durão Barroso, pretendeu-se transformar os hospitais integrados na Rede de Prestação de Cuidados de Saúde em diferentes figuras jurídicas, incluindo “sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos” e “estabelecimentos privados, com ou sem fins lucrativos, com quem sejam celebrados contratos”. O governo de coligação entre o PSD e o CDS-PP abria também portas aos protocolos com privados. Mediante autorização do Ministro da Saúde, os hospitais passavam a poder “associar-se e celebrar acordos com entidades privadas que visem a prestação de cuidados de saúde, com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis”.

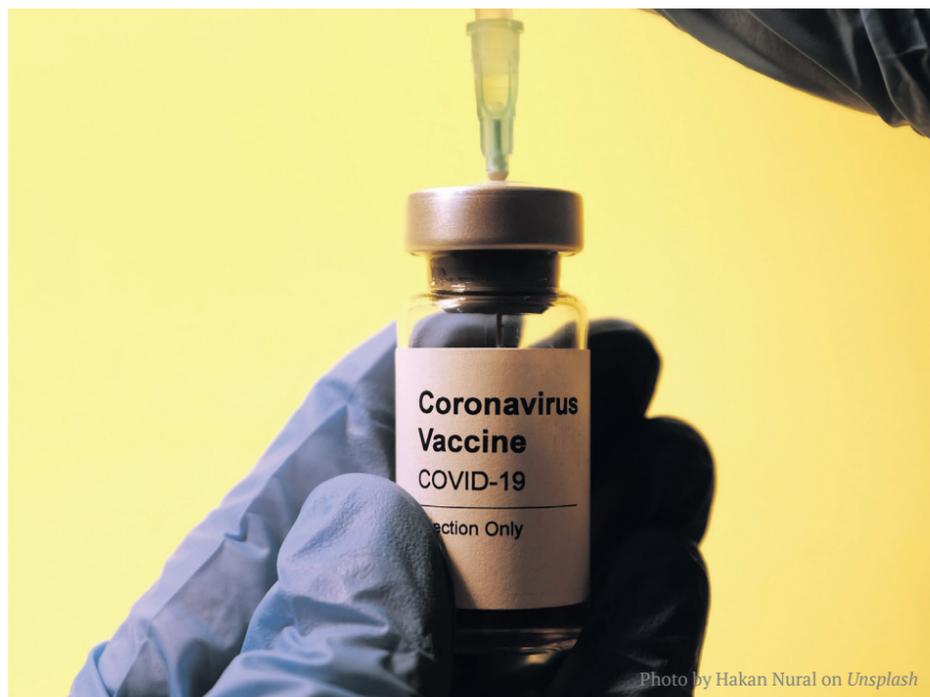
Durante o período da troika, os cortes na despesa com a saúde entre 2010 e 2013 foram superiores a 1.300 milhões de euros, ficando 30% abaixo da média da despesa pública em função do PIB na União Europeia. Desapareceram, do serviço público, mais de três mil camas e paralelamente cresceram nas unidades hospitalares privadas cerca 2500. Em 2019, imediatamente antes da eclosão da pandemia, um relatório da Comissão Europeia denunciava a falta de investimento de Portugal na saúde. Estava nos 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB) quando a média da União Europeia (UE) era de 10,2% do PIB. A despesa pública em saúde também caiu para 6,1% do PIB, quando na UE a média é de 7,8%. Per capita, esta despesa representa menos de metade da média da UE (de 1.297 para 2.609, em paridade de poder de compra).

Nos últimos anos, os partidos à esquerda do PS conseguiram viabilizar a redução das taxas moderadoras, o alargamento da contratação de médicos e enfermeiros, a redução de custos com os medicamentos e a inscrição de novas vacinas no Plano Nacional de Vacinação. Mas o facto é que apesar da aprovação de uma Lei de Bases de Saúde o governo decidiu não só manteve como avançou com novas Parcerias Público-Privadas.

Contudo, apesar de todos os sobressaltos no caminho, incluindo a falta de milhares de profissionais e de milhares de camas hospitalares e em

particular de cuidados intensivos, as intermináveis listas de espera para cirurgias e consultas da especialidade, é o SNS que assegura, neste momento, o duro combate à pandemia de covid-19. Em peso, dezenas de milhares de profissionais de saúde estão na linha da frente de uma guerra, apesar dos bai-

xos salários e da falta de meios. Se é certo que esta batalha resultou no cancelamento de milhões de consultas, no adiamento de milhares de cirurgias e na fragilização dos cuidados de saúde primários, este instrumento de saúde pública tem salvo a vida de milhões de portugueses desde 1979.



Países com 14% da população mundial compraram 53% do total de doses das vacinas mais promissoras, no último mês.

Vacinas, um negócio para as farmacêuticas

Nem perante uma pandemia desta dimensão, as principais potências permitiram a livre circulação das patentes relacionadas com o combate à covid-19 enquanto durar a crise sanitária. Os países com mais rendimentos responderam negativamente na Organização Mundial do Comércio ao pedido de 99 Estados. Agora, nove em cada 10 pessoas de nações pobres podem falhar a oportunidade de serem vacinadas contra a covid-19 no próximo ano. Isto porque os países ricos estão a açambarcar doses da vacina para lá das suas necessidades, alertou a People's Vaccine Alliance, que reúne organizações não governamentais como a Oxfam, Amnistia Internacional ou Global Justice Now, segundo a *Reuters*.

Diz esta ONG que os países onde vive 14% da população mundial compraram 53% do total de doses das vacinas mais promissoras no último mês. Segundo o *Diário de Notícias*, Índia, África do Sul e os outros 97 países consideram que as companhias farmacêuticas que estão a trabalhar vacinas e outros dispositivos médicos de combate à covid-19, deveriam disponibilizar patentes através da

Organização Mundial de Saúde (OMS).

Já na União Europeia, prossegue a guerra para assegurar que as farmacêuticas cumpram com as doses contratadas e acusaram a AstraZeneca de quebra de contrato e a Pfizer/BioNTech de falhar no fornecimento das doses contratadas. A Comissão Europeia propôs mesmo banir a exportação de vacinas produzidas na União Europeia (UE) e confiscar nas fronteiras as doses de vacinas ou componentes médicos fabricados no espaço comunitário. As afirmações de Pascal Soriot, o CEO da AstraZeneca, ao *La Repubblica*, segundo o qual a equipa da UE levou mais três meses do que o Reino Unido a assinar um acordo com esta farmacêutica, e por isso estaria em segundo lugar, enfiaram-se particularmente Kyriakides. Numa sessão com jornalistas, no dia 28, a comissária disse que “isto não é o talho, em que o primeiro a aparecer é atendido antes”.

Entretanto, a Rússia ofereceu à UE 100 milhões de doses da sua vacina Sputnik V contra o coronavírus, para fazer frente a este diferendo com as farmacêuticas.

DIOGO FARO

“não sinto essa obrigação de estar sempre a fazer rir”

Diogo Faro tem 33 anos e é um dos humoristas mais seguidos nas redes sociais. Acompanhado por dezenas de milhares de pessoas, procura fazer do humor uma arma política contra todas as formas de discriminação e assume-se abertamente antifascista. Para o jovem, fazer rir pode ser uma forma de mudar as pessoas.



Bruno Amaral de Carvalho

Vens de uma família politizada? Como é que o humor se encontra com a política?

Sim, a minha família não é super politizada, mas sempre foi de esquerda. O meu pai era um dos músicos que andava com o Zeca Afonso e com o Zé Mário Branco. Foi diretor do GAC, foi da UDP e mais uma data de coisas. Depois deixou um bocado a luta para ficar só na música...

E sentes que vais beber a essas raízes?

Sim. Sabendo que o meu pai andou pelo país todo nas fábricas e nos comícios e a cantar pelo país. An-

dou por França com o Zeca e com o Zé Mário acho que foi para o Japão. E, pronto, isto também mexe connosco, não é? Depois, eu também era mais para ser músico, fiz o conservatório todo.

Como é que se dá o processo de chegar a comediante? Sei que andaste a fazer stand-up em bares.

Sim, eu estava numa agência enquanto criativo, publicitário, já trabalhava, mas eu trabalhava imenso, aquilo era estupidez. E agora, quanto mais conheço do mundo, mais percebo que estava a ser exploradíssimo. Depois saí e comecei a fazer stand-up nuns barzitos e comecei a fazer outros trabalhos. As coisas foram correndo bem. Sempre gostei muito de escrever, tinha um blogue

antes de ser comediante e aí é que se desenvolveu o “Sensivelmente Idiota” que depois passou para página de facebook, cresceu muito e as coisas todas conjugadas fizeram-me o “ok, vou ser comediante”. E, passado um ano, consegui sair da casa da minha mãe e pagar a minha renda, dividir a casa com mais três marmanjos.

O teu trabalho e a tua presença nas redes sociais invoca muitas vezes causas políticas.

Realmente o meu percurso de comediante tem-se afunilado muito no processo de comediante político e tento usar a minha plataforma para falar mais de política e de consciência social. No início, interessava-me enquanto cidadão, porque sempre me interessou, mas não misturava muito.

Alguns humoristas como o Ricardo Araújo Pereira dão a entender que o seu objetivo primordial é o humor e que o resto é secundário. Tu usa-lo como arma política.

Eu não me rejo por essa máxima da maior parte dos comediantes de que “só tenho é que fazer rir”. Eu sinto-me artista e se quiser escrever um texto que não é para rir, escrevo, se for para rir, também... Outra coisa, eu não minto às pessoas. Se estou a vender um espetáculo de stand-up, tenho de fazer rir, não é? Mas não sinto essa obrigação de estar sempre a fazer rir e que tenho de privilegiar sempre o humor e a piada acima de tudo.

Mas encaras o humor como uma ferramenta de possível transformação social, ou seja, de consciencializar pessoas.

Sim, não descarto essa responsabilidade. Também acho que não faz sentido dizermos, lá está, que é só uma piada e que não vou mudar a opinião dos outros com a minha piada e com os meus textos. É mentir, não é verdade. Com a quantidade de seguidores que eu tenho, e com as pessoas que vão aos meus espetáculos, não estou a dizer que sou um profeta, mas para o bem e para o mal, porque também há montes de gente que nós sabemos que me odeia, eu sei que o que digo afeta as pessoas. Pode realmente mudar para o bem ou pode não fazer nada mas não posso dizer que as coisas que eu faço passam incólumes e que não há responsabilidade. Há responsabilidade nas coisas que eu digo e que eu faço, como é óbvio. Com a plateia que eu tenho, tenho de assumir a minha responsabilidade e não descartar e fingir que isto é só o humor e não me liguem. Não, não faz sentido.

As pessoas chegam até ti sobretudo pelas redes sociais, que é um terreno cada vez mais central do discurso político.

Eu tenho uma relação de amor-ódio com as redes sociais. São super importantes, mas também as estudo muito, com os documentários que têm saído, os livros que tenho lido, são extremamente preocupantes como o *The Age of Surveillance Capitalism*, da Shoshana Zuboff, sobre os algoritmos e como estão a condicionar tudo, a maneira como radicalizam muito as pessoas. Isto está tudo ligado ao capitalismo das big-tech, etc. E é extramente preocupante. Por outro lado, se nós também desistirmos e não usarmos as redes sociais para o lado bom, para as políticas mais humanistas e sociais, deixamos tudo ao deus-dará.

Como é que te preparas, sentes necessidade de aprofundar os temas?

Sou um desorganizado do caraças. Tenho é muito interesse. Estou a ler um livro e depois de repente vou à internet e compro outros dois porque aquele livro me conduziu a sugestões e depois ainda nem sequer estou a acabar aquele e já estou a encomendar mais. Agora estive a ver uma reportagem super assustadora sobre a geração identitária, sobre como está o movimento de fascistas em França e como está ligado à Le Pen. É assustador. Estou sempre a ver este tipo de documentários, há anos! O meu discurso não é de agora. Mal se falava do Ventura, já eu andava a ver uma data destas coisas e a ver o que é que se passava na Hungria e na Polónia.

De que forma é que achas que as redes sociais têm ajudado a extrema-direita a solidificar o seu discurso, a expandi-lo e a angariar mais apoiantes?

No sentido de ser simplista e rápido, porque o discurso da extrema-direita é super simplista. É mais fácil dizeres num post que a culpa é dos ciganos do que explicar o que é um sistema super complicado político e socioeconómico que está a lixar o mundo através de transações financeiras. E depois há toda a questão do algoritmo e de como privilegia — e já está provado em vários estudos — o discurso de ódio, porque rende mais em termos de publicidade.

“pode realmente mudar para o bem ou pode não fazer nada mas não posso dizer que as coisas que eu faço passam incólumes e que não há responsabilidade.”

Depois das eleições presidenciais, ficaste com a ideia de que há 500 mil portugueses fascistas?

Não posso achar isso. Acho que é contraproducente e não vamos ganhar nada. Mas não vou passar um pano sobre isso porque há muita gente fascista. Um amigo que se está a marimbar para os direitos das outras pessoas e que quer mesmo uma elite superior no governo do país e do mundo não tem desculpa e cá estaremos para lutar. Agora, há outros — e isto não é nada representativo do país — mas dá-me um bocadinho de esperança: é que eu recebi várias mensagens a propósito do vídeo que fiz a tentar desmontar as mentiras do Ventura, precisamente sem começar logo a chamar fascista e racista, para ter uma atitude mais explicativa. O vídeo era para as pessoas imaginarem o que é estar num país sem sindicatos, sem sistema nacional de saúde, sem educação pública. Para além de ele mandar uma deputada negra para a terra dela e essas barbaridades. E o facto é que recebi, que tenham sido dez mensagens. Parece pouco, mas ao mesmo tempo é imenso, pessoas a dizerem “obrigado, consegui convencer o meu pai a não votar no Ventura por causa do teu vídeo” e “olha mostrei a dois amigos meus e eles perceberam que afinal este gajo é um intruja”. Portanto deu-me um bocadinho de esperança. Há um caminho, muito difícil e trabalhoso, mas há um caminho de não hostilizarmos, se não pusermos todos no mesmo saco.

Isto vai ao encontro daquele debate que existe desde o Trump e do Bolsonaro sobre se se deve dar palco ou não à extrema-direita.

Temos de ser criteriosos, tanto eu como os jornalistas... Há coisas óbvias, não é? Se levas o Ventura ao programa da tarde e lhe dás uma coelha para fazer festinhas... Isto é lógico para alguém em democracia? É lógico teres o Diogo Pacheco Amorim a falar num debate para a RTP, um gajo que toda sabe que é terrorista e que andou a tentar que o 25 de Abril não acontecesse? É que isto, para mim, é chocante. Por

outro lado, claro que se tem de falar das coisas, tem de se desmontar, tem de haver investigações grandes como a do Miguel Carvalho na Visão ou como a do Pedro Coelho na SIC. Tem que haver um bocado de bom senso. Estas coisas do Goucha relativizar e normalizar a extrema-direita não faz sentido nenhum.

De certa forma, quando o Ventura lança o desafio de se demitir se ficasse em 3.º lugar parece que isso passou a ser a questão central da campanha eleitoral para alguns.

Eu acho que todos os candidatos estiveram relativamente bem nisso, tanto a Ana Gomes, como o João ou a Marisa. Sempre convictos dos seus ideais e a falar do Marcelo e a relativizar a presença desse anormal. Mas lá está, a comunicação social, e não gosto de pôr toda a comunicação social no mesmo saco, vai atrás do circo. Agora no rescaldo das eleições, houve alguns sites, alguns órgãos, que noticiaram como o Marcelo foi vencedor, mas que a estrela foi Ventura. Mas qual estrela? Mas porque é que estamos a chamar estrela a um fascista?

Costumas receber ameaças?

Quase todos os dias... Há coisas gravíssimas que me dizem. Acho que não é nada normal que me digam “devias ser decapitado no Terreiro do Paço”. Acho que não é normal que se diga isto a uma pessoa só porque não se concorda com ela. Eu sei que posso ser bruto mas as coisas que defendo são todos vivermos felizes e como é que alguém me vem dizer “tu devias ser decapitado no Terreiro do Paço”?

Tu tocas muito nas questões do racismo, da homofobia, do feminismo. Tens a leitura de que essas formas de discriminação têm uma relação direta com o capitalismo?

Claro, mas demorei a perceber isso, e ainda estou a perceber. Está tudo mais que ligado e mais do que nunca é altura de todos, nós de esquerda, de centro, de percebermos que o sistema capitalista é o principal fomentador das outras opressões e de como todas estão ligadas: racismo, xenofobia, transfobia, machismo. E essa é outra das coisas que eu quero tentar passar para mais perto das pessoas.

Há também um grande preconceito em relação aos sindicatos, às lutas dos trabalhadores e muitas vezes parece que é mais fácil abraçar certas lutas contra o racismo, contra a homofobia, etc., do que uma luta sindical. Sentes isso?

Sinto e por isso é que acho que é tão importante as coisas começarem a estar mais ligadas e que se fale cada vez mais da interseccionalidade das lutas. Não faz sentido um feminismo sem luta de classes, nem um anti-racismo sem luta de classes. Às vezes rio-me quando vejo tweets “ah, a comunicação social é toda liderada pela esquerda”. É quase tudo de direita, quase todos os comentadores são de centro-direita ou fascistas, tipo o Júdice. Assim fica difícil de formar opinião e de valorizar este tipo de assuntos, os direitos dos trabalho e dos trabalhadores. Como há muito menos gente a falar sobre isso, é sempre chutado para canto. Mesmo os outros assuntos, de racismo e de feminismo, também essas lutas são desvalorizadas.

SEIXAL

Autarquia quer bombeiros vacinados na primeira fase

A Câmara Municipal do Seixal enviou um ofício ao primeiro-ministro, António Costa, em que pede a inclusão dos bombeiros e de todos os operacionais envolvidos na fiscalização do isolamento, quarentena, transporte e socorro a vítimas da pandemia na primeira fase do plano de vacinação contra a covid-19.

O presidente do executivo, Joaquim Santos, dava conta no documento enviado que as duas associações de bombeiros que servem o concelho do Seixal já transportaram, em conjunto e desde o início da pandemia, mais de 1100 doentes com sintomas de covid-19, “o que somado a outros transportes de emergência médica ascende a mais de 15 mil intervenções”, honrando o lema “Vida por Vida”, refere o *AbrilAbril*.

Segundo o autarca, estavam 21 bombeiros em isolamento profilático, oito dos quais com resultado positivo no teste à covid-19. Joaquim Santos pretende assim “ver alargado o âmbito desta fase inicial do plano nacional de vacinação contra a pandemia”, sublinhando que, “desde o primeiro momento”, o município tem acompanhado as forças da proteção civil que estão no terreno com diversas formas de apoio logístico, criando estruturas de apoio e dotando estes profissionais com equipamentos de proteção individual.

A primeira fase do plano de vacinação, até final de março, abrange pessoas com mais de 50 anos com pa-



tologias associadas, residentes e profissionais em lares e unidades de cuidados continuados, profissionais de saúde, profissionais das forças armadas, forças de segurança e serviços críticos.

BARREIRO

Trabalhadores da autarquia sem água quente

Em pleno inverno, os trabalhadores da autarquia barreirense queixam-se da falta de condições dos balneários nas instalações do Nicola da Câmara Municipal. A estrutura concelhia do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) denunciou em comunicado que nos balneários masculinos não havia água quente há pelo menos mês e meio. A situação é tanto mais grave que perante a falta de condições neste espaço a autarquia decidiu esvaziar a casa de banho, balneário e vestiário destinado às trabalhadoras municipais “por indicação superior do executivo camarário” para ser usado pelos funcionários.

Sem o espaço que lhes estava destinado, a comissão sindical alertou a Câmara Municipal do Barreiro para a situação em que estão estas mulheres e solicitou a urgente resolução do problema nos balneários masculinos e exige que o espaço que está destinado às trabalhadoras “seja mantido unicamente afeto” a estas. Já que, refere a mesma nota, “nas atividades que exigem troca de roupas, uso de uniforme ou fardamento, deverão existir locais apropriados para vestiário, dotados de armários individuais e observada a separação de sexos”.

A estrutura lembra ainda que “foram criadas expectativas aos trabalhadores logo no início do mandato” e que, volvido este tempo, a situação continua por resolver e não foram feitos “quaisquer melhoramentos para minimizar os impactos negativos a que estes trabalhadores estão sujeitos em termos de condições de trabalho”.

A VOZ do corvo



Os velhos e os novos...

Já não há velhos no jardim do meu bairro. Foi o vírus e o frio que os espantaram.

Vem, pois, da memória a imagem que então me encantava: havia aqueles que lá iam para apanhar sol e se quedavam sentados num banco, o queixo apoiado na bengala e se limitavam a olhar à volta e com isso se sentiam vivos; havia os que se sentavam nas mesas que lá há e jogavam às cartas, rodeados por uns quantos interessados mas que, fiéis a um princípio ético, implícito, comentavam sem interferirem no jogo; e havia ainda, talvez o grupo mais numeroso, aqueles que se juntavam para conversar e comentar acontecimentos que tanto podiam

ser de caráter futebolístico, mundano ou político.

Hoje nada disto acontece e ousa-se perguntar como será em meados de 2021 quando, assim se espera, o vírus for excomungado, mandado para as profundezas do inferno, nos deixe em paz e os velhos do jardim do meu bairro voltarem a conviver, sejam os mesmos ou mais aqueles que se lhes juntarem.

Porque a velhice compara-se bem aos alcatruzes de uma nora – há sempre os que vão chegando e há sempre aqueles que vão desaparecendo... e isso põe-nos a adivinhar como serão os novos velhos do século XXI, no período pós-pandemia, que substituirão os velhos que há tempos se reuniam no jardim do meu bairro.

É muito provável que já não sejam os mesmos e é quase certo que os novos velhos terão hábitos e comportamentos diferentes dos velhos de hoje – já não jogarão às cartas, nem à bisca lambida, nem à sueca, nem ao sete-e-meio, nem a qualquer outro jogo, é até provável que não se juntem, nem conversem ou simplesmente olhem e vejam o que se passa à sua volta. Quase certo é que a solidão virá ter com eles e passarão dias ausentes de si próprios a olharem sem verem o que passa na televisão ou mergulhados em qualquer dos outros instrumentos (sem dúvida maravilhosos) que lhes fornecerão divertimento, informação e cultura já digerida ou semi-digerida como a papa que os alimentará.

Uma coisa é certa: a situação atual pode ser ponto de partida para a configuração de uma nova política pública para a velhice, porque se assim não for, maior será o número do que, hoje novos, quando forem velhos estarão mudos, quedos, sozinhos, sem nem sequer olharem à volta a mandar e receber mensagens estereotipadas ou notícias enlatadas.

Excluindo aqueles a quem a doença limita, por não andarem, por não ouvirem, por não verem ou porque se lhe emperra o pensamento e não conseguindo totalmente superar essas limitações, o potencial de participação de todos os velhos é considerável e muito mais poderá ser se for implementado e isto sem recorrer à excepcionalidade de Beethoven, que no final da sua vida era surdo e ainda compunha, Helen Keller, que cega desde criança, chegou onde chegou ou de Stephen Hawking, cosmólogo, que ficou velho, cinquenta anos antes de morrer e sempre trabalhou e foi útil na difusão do conhecimento.

Por isso aqui se ousa afirmar que a velhice se deverá começar a preparar no jardim de infância pois é então que lançam as sementes pelo gosto da vida, o saber ler, o saber ouvir todos os outros e a música, o saber desenhar que é forma universal de comunicar, o conhecer as potencialidades expressivas do nosso corpo, o dançar ou apreciar a dança.

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



Íamos diretos para o verão

Estado de emergência! Confinamento!

Os números de infetados com o covid-19 e os óbitos originados pelo vírus atingiram valores que levaram o governo a pedir o estado de emergência e na sequência a decretar medidas de confinamento que abrangem toda a população, com as ressalvas conhecidas, entre elas as atividades essenciais, tal como as de transportes de passageiros.

Como nos anunciam que 87% das origens dos contágios são desconhecidas, as medidas são tiros no escuro com o único objetivo de evitar contactos e daí reduzir a propagação da doença.

Do que se ouve aos especialistas e dos estudos publicados, a única medida eficaz é garantir a distância física adequada entre as pessoas, que é complementada com o uso da máscara.

Segundo estudos de centros científicos dos Estados Unidos da América, duas pessoas com máscara e uma delas infetada, se não garantirem entre si a distância necessária existem cerca de 50% de probabilidades de haver contágio.

Quero com isto dizer que num transporte público as pessoas podem ir todas de máscara, mas se estiverem próximas correm riscos.

Com o confinamento e o teletrabalho há menos pessoas a circular e, portanto, mais espaço nos transportes, logo mais segurança.

Julgo que este pensamento esteve na mente do legislador.

Porém, houve quem raciocinasse de outra forma. Se há menos gente a circular não é necessária tanta oferta! Passemos já ao horário de verão!

Foi o que passou pela cabeça da administração da Carris, que avançou com a notícia para a comunicação social.

Para se ter uma ideia do que isso significaria diga-se que a redução das escalas é da ordem dos 40%.

Como é uma empresa pública recebeu orientações para recuar com tal medida, o que aconteceu e cá continuamos neste inverno, mas sem corte na oferta de transporte na cidade de Lisboa.

Ficamos a salvo da gestão financeira de uma empresa de transportes à custa da saúde pública porque estamos perante uma empresa pública.

É por esta e por outras razões que os transportes públicos só podem cumprir a missão económica e social para que existem se as empresas forem públicas.

Rego Mendes

MOBILIDADE



As enchentes nos transportes públicos têm sido diariamente denunciadas pelos utentes.

Transportes sem distanciamento na região de Lisboa

É um corropio de gente nas diferentes plataformas das estações da Linha de Sintra. Sobretudo de manhã, milhares de trabalhadores concentram-se à espera da chegada dos comboios que hão-de levar a maioria até Lisboa. Se a imagem de composições cheias se tornou um hábito ao longo dos anos, são muitos os que se sentem chocados pela falta de distância física em plena pandemia.

Fotografias e vídeos continuam a provocar indignação nas redes sociais e basta haver uma avaria como aconteceu na quarta-feira, 20 de janeiro, para que se gere o caos nesta linha ferroviária. Ao Público, Edno Ribeiro que gravou um vídeo de uma carruagem “a abarrotar” à passagem por Santa Cruz/Damaia, disse que “muita gente se recusou a entrar”, tal era a quantidade de pessoas a bordo.

De acordo com o mesmo jornal, no dia seguinte, sem os mesmos constrangimentos as composições não iam tão cheias mas continuava a haver uma grande concentração de pessoas. Um passageiro relatou que o comboio enche geralmente em Queluz/Belas e esvazia em Entrecampos. Como alternativa, há reforço de autocarros especiais que saem do Cacém e da Amadora rumo a Lisboa durante a hora de ponta mas são muitos os que preterem esta solução.

Por outro lado, a CP assegura que tem 100% dos comboios disponíveis nas linhas suburbanas desde maio de 2020 e segundo o ministro das Infraestruturas seria “inviável” cumprir o distanciamento de dois metros dentro das carruagens. Apesar da regra que limita a lotação dos transportes públicos a dois terços da capacidade máxima, o facto é que se sucedem imagens que demonstram o contrário.

Segundo o Público, a CP anunciou alterações à oferta na sequência do novo confinamento, mas estas incidem apenas sobre os serviços Intercidades e Alfa Pendular, mantendo-se inalterada a frequência dos urbanos e regionais.

Redução de autocarros urbanos

A Carris decidiu alterar a oferta de transportes com um corte de 14% face ao que é habitual e funcionar em horário de verão durante a semana, anunciou a empresa, ficando a operar com 89% do serviço oferecido no período homólogo.

Nos dias úteis passam a funcionar os horários de “Dia Útil de Verão” (DUV) na Carris, com alterações nas carreiras 706, 711, 758 e 781 que funcionam com horário de “Dia de Férias Escolares” (DUF), segundo a Lusa.

Segundo a empresa, tiveram suspensão integral de funcionamento as carreiras de bairro (com exceção das carreiras 26B, 29B, 34B, 37B, 40B e 41B), a carreira 24E, os ascensores (Bica, Glória e Lavra) e o Elevador de Santa Justa. Nos fins de semana, a Carris mantém os horários atualmente praticados aos sábados e domingos e feriados, com a suspensão integral de funcionamento das carreiras de bairro (exceto a carreira 40B).

Foi ainda suspenso integralmente o funcionamento das carreiras 716, 720, 732 e 797, a carreira 24E, os ascensores e o Elevador de Santa Justa, tal como acontece nos dias úteis.

Como parte das medidas de segurança sanitária, os autocarros têm uma cabine para o condutor e dispensadores de gel desinfetante.

CORREIOS

CTT encerram centros de distribuição postal



No caso do CDP de Vilar Formoso e do Sabugal, o aumento da distância mensal percorrida é de mais de 10500 Km.

Em Portugal, a estratégia da gestão privada dos CTT de encerrar centros de distribuição postal (CDP) continua. Em 25 de janeiro, fecharam os centros de Vilar Formoso e do Sabugal, no distrito da Guarda, e de Monchique, no Algarve.

De acordo com o *AbrilAbril*, esta decisão conduz ao aumento da distância a percorrer pelos trabalhadores, atrasando ainda mais a distribuição postal. Para além da degradação das condições para os utentes, a correspondência chega agora mais tarde.

Desde o passado mês de Setembro, foram encerrados os centros de Montemor-o-Velho e de Condeixa-a-Nova, que passaram a estar concentrados em Coimbra, e também os de Nisa, Mação e Idanha-a-Nova, que transitaram para a sede de distrito em Castelo Branco. Desde então, também o CDP de São João da Pesqueira (Viseu) fechou

portas, e o trabalho ficou concentrado em Alijó, no distrito de Vila Real, a uma distância de cerca de 40 quilómetros.

Refira-se que, nos casos de Montemor-o-Velho e de Condeixa-a-Nova, a estratégia de concentrar serviços já lhes tinha agregado os CDP de Soure e de Penela, respectivamente. Antes destes, foram encerrados CDP, um pouco por todo o País, designadamente nas localidades de Celorico da Beira, Almeirim, Alter do Chão, Monforte e Avis.

Relativamente aos que têm fecho anunciado, o CDP de Monchique será concentrado em Portimão, prevenindo-se um aumento mensal da distância percorrida de 3300 quilómetros. No caso dos CDP de Vilar Formoso e do Sabugal, que passam a estar concentrados na Guarda, o aumento da distância mensal percorrida é de mais de 10500 quilómetros.

TRABALHO

Despedimentos coletivos duplicaram em 2020

O total de despedimentos supera o do último ano da troika. Quase 700 empresas deram início a processos de despedimentos coletivos no ano passado, abrangendo um universo total de 8299 trabalhadores, revelam os dados facultados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ao *Expresso*.

Com os números disponibilizados até novembro, 37% são micro empresas e 39,5% correspondem a pequenas empresas. Só recuando a 2013 se encontram registos piores, ano em que se contabilizaram 990 processos, abrangendo 9167 trabalhadores. Ou seja, as medidas

que o governo disponibilizou às empresas não impediram o despedimento de milhares de trabalhadores.

O executivo encabeçado por António Costa aprovou a proibição de despedimento por parte das empresas mas apenas foi decretada para o período de vigência dos apoios e até 60 dias após o seu fim, como aconteceu com o lay-off simplificado, o apoio à retoma, ou o incentivo extraordinário à normalização de atividade. Sem grandes alterações nos primeiros meses de 2021, a crise pandémica e a falta de mais medidas pode agravar a situação.

A VOZ dos livros



O 25 de Novembro a Norte, de Jorge Sarabando

O 25 de Novembro, que a direita, serôdica e revanchista, essa minoria dos privilégios e da usura, tenta tornar marco das suas lutas anti-revolucionárias, de regressão cultural e civilizacional, não é data que conste do nosso calendário de afectos: a anti-história não é relevante nem gloriosa, alimenta-se do ódio, do rancor, da mesquinhez; vive da vergonha da sua própria origem, dos seus preclaros desígnios. É uma irrelevância que se exhibe coxa e a cheirar a naftalina, com as mãos sujas de sangue, atrelada à ignomínia dos dias do terror; vive de mentiras urdidas sem honra nem pudor.

É desse substracto larvar, desse chão de lacraus, do medo erguido como bandeira de perpetuação de ancestrais domínios, que o livro *O 25 de Novembro a Norte – o processo revolucionário no ano de 1975*, de Jorge Sarabando, nos fala de modo informado e minucioso.

Jorge Sarabando traça, desse longo período da contra-revolução, o retrato rigoroso sobre dos meses mais *quentes*, quicá os mais intensos das conquistas sociais, políticas e económicas que transformariam a face de um país parado no tempo, vergado ao medo e sem projecto colectivo; país ao qual o fascismo havia sonogado a esperança e a capacidade de se reinventar e de ser justo. Este livro faz ainda sentido nestes dias inquietantes que vivemos, e de que a recente campanha eleitoral foi perturbador exemplo.

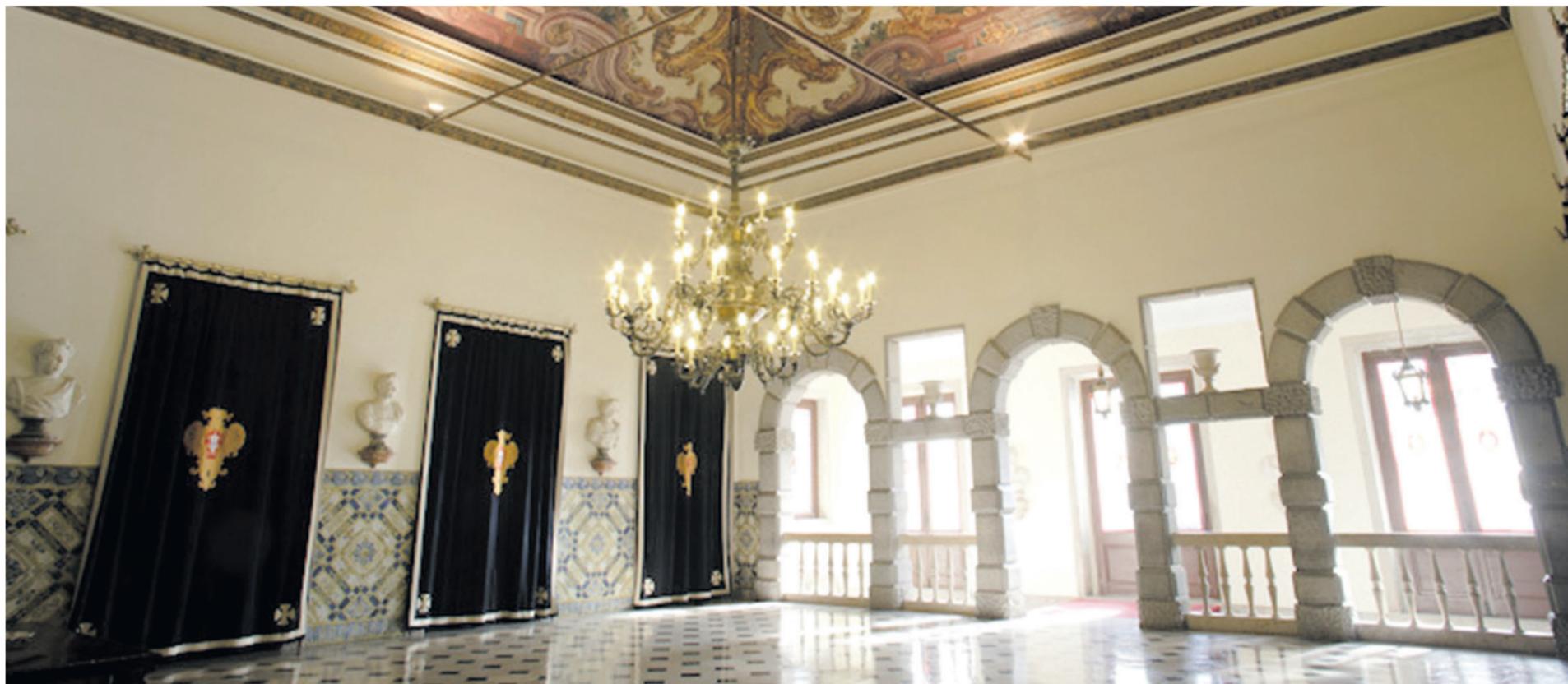
Trata-se de um livro original nos seus propósitos, dado a sua análise se debruçar sobre factos vividos, e sofridos, a norte de uma linha definida pelas forças regressivas, que teria a sua *fronteira* em Rio Maior (à época eixo estruturante das comunicações terrestres), dessa forma dividindo, numa espécie de esquizofrenia delirante e suicida, o país em dois blocos antagónicos: o Norte conservador e contra-revolucionário, e o Sul progressista e revolucionário. Tática básica, dividir para reinar, que Nicolau Maquiavel teorizou e que até o mais empedernido cabo militar terá intuído nas suas linhas gerais.

Não por acaso – o acaso é, na luta de classes, a realidade em movimento –, o ELP e o MDLP, cujas reminiscências andam por aí travestidas com novos *slogans*, situaram, a partir dessa *linha divisória*, o grosso das suas acções contra-revolucionárias: perseguindo militantes comunistas e de outras forças de esquerda, activistas sindicais e, em alguns casos, chegando a assassinar muitos deles, destruindo e incendiando sedes de partidos (e o PCP, erigido *inimigo principal*, foi a grande vítima deste processo) numa estratégia que vinha nos compêndios da guerrilha urbana, e que Carl Von Clausewitz definira: instalar no país o desgaste e o atrito constantes, até atingir o *clímax*, ou seja, criar um clima psicológico e emotivo que estabelecesse condições propícias ao contra-ataque das forças reaccionárias.

O 25 de Novembro a Norte – o processo revolucionário no ano de 1975, 3ª. ed. – de Jorge Sarabando – Ed. AJHLP/2020

Domingos Lobo

PRESIDENCIAIS 2021



A sala das Bicas, do Palácio de Belém.

Marcelo reeleito em votação marcada pela abstenção

O atual Presidente da República vai tomar posse em março para mais um mandato de cinco anos.

Marcelo Rebelo de Sousa deixou um dramático apelo à população pouco antes do ato eleitoral que soou para muitos a chantagem. A possibilidade de uma segunda volta era real e tinha de ser evitada a todo o custo devido à pandemia. De facto, mais de quatro milhões de eleitores participaram nas eleições de 24 de janeiro mas foram muitos os que ficaram impedidos de exercer o direito ao voto nas eleições presidenciais menos participadas de sempre.

A enfrentar uma crise sanitária desde março de 2020, tanto o Governo como a Comissão Nacional de Eleições (CNE) sabiam com antecedência que havia uma enorme possibilidade de a corrida presidencial ocorrer durante um período de incidência mais grave da covid-19 em Portugal. Foram tomadas várias medidas, entre elas o voto antecipado a partir de casa dos cidadãos em confinamento obrigatório, entre 14 e 17 de janeiro, mas sem garantir que os eleitores em isolamento profilático depois desse período pudessem votar. Com o número de novas infeções a rondar os 15 mil por dia, foram muitos os que fizeram reclamações na CNE.

À Lusa, João Tiago Machado, da CNE, confirmou que foram recebidas queixas, sem adiantar números. Uma das reclamações, a que a agência de notícias teve acesso, foi apresentada pelo cidadão Diogo Martins que criticava a “falta de informação ou informação falsa” que o levou a ser privado do seu “direito constitucional de voto”, apesar de estar em confinamento obrigatório ao abrigo das medidas de contenção da pandemia de covid-19.

Por outro lado, milhares de emigrantes viram mais difícil o desafio de enfrentar restrições e longas viagens para chegar aos diferentes consulados e embaixadas espalhados pelo mundo.

Com a maior abstenção de sempre, Marcelo Rebelo de Sousa foi eleito com 60,70% dos votos no dia em que se registou uma afluência de 39,48%. Até esse domingo, o recorde de abstenção em presidenciais remontava a 2011, ano em que Cavaco Silva foi reeleito. Nessa eleição, 53,5% dos eleitores inscritos não foram votar.

Apesar do confinamento obrigatório e do medo, mais de quatro milhões exerceram a sua opção eleitoral num processo mais exigente para os milhares de membros das mesas que garantiram a normalidade e a segurança durante a jornada.

Atrás de Marcelo, ficou Ana Gomes, a militante e ex-dirigente do PS, que roçou os 13% dos votos válidos, bem longe dos 22,88% alcançados por Sampaio da Nôvo há cinco anos. Depois André Ventura, líder da extrema-direita, com 11,90%, que conseguiu recolher o apoio de franjas radicalizadas do PSD e do CDS-PP descontentes com Marcelo Rebelo de Sousa. Com 4,32%, o comunista João Ferreira melhorou ligeiramente o resultado obtido nas anteriores presidenciais por Edgar Silva. Já a repetente bloquista Marisa Matias teve uma das quedas mais surpreendentes da noite eleitoral, passando de 10,12% para 3,95% dos votos. Tiago Mayan, da Iniciativa Liberal, celebrou os 3,22% conquistados, mas apesar da desproporção de meios este resultado ficou a pouca distância de Vitorino Silva com 2,94%.

Resultados desmentem André Ventura

O sorriso rasgado de André Ventura deixava poucas dúvidas. O candidato de extrema-direita que não conseguiu ir à segunda volta falhou a segunda posição que

traçara como objetivo mas isso pouco importou. A prometida demissão fora já antecipada por muitos como mais uma jogada para chamar a atenção sobre si durante a campanha. Durante várias semanas, André Ventura usou a provocação como estratégia e garantiu que várias candidaturas à esquerda lhe dessem o lugar central da campanha, à exceção de João Ferreira que deu protagonismo à Constituição da República Portuguesa e aos problemas dos trabalhadores e da população. Mas quando subiu ao palanque no Hotel Marriot, o líder de extrema-direita, não se conteve e reclamou ter conquistado o eleitorado comunista no Alentejo, algo que já antes Rui Rio, presidente do PSD, tinha celebrado.

Contudo, os votos dos eleitores do Alentejo contam outra história. Nos distritos de Portalegre, Évora e Beja há poucas oscilações entre os votos no candidato Edgar Silva há cinco anos e os votos em João Ferreira este ano. A tese da transferência de voto comunista no Alentejo para o Chega não se verifica de acordo com os resultados. Os concelhos alentejanos onde André Ventura encontrou mais apoio são aqueles que na última década menos votaram no PCP.

De acordo com um estudo divulgado pela TSF sobre a transferência de votos de presidenciais para legislativas, ou seja, como os votos de cada candidato presidencial são traduzidos entre os diferentes partidos, o líder do PSD tem razões para ficar preocupado. Cerca de 34% dos votos em André Ventura vêm deste partido, pouco inferior à percentagem de voto social-democrata em Marcelo Rebelo de Sousa. Segundo esta sondagem, a maioria das pessoas que elegeram o atual Presidente são habitualmente votantes do PS.

EUA



“O que seria radicalmente novo era que houvesse um Presidente dos EUA empenhado em alterar o posicionamento em termos geo-políticos e económicos.”

Eleições Americanas e como os EUA continuarão a ser os EUA

João Pedro Ferreira

Como português emigrado nos Estados Unidos da América (EUA) acompanhei com todo o interesse as eleições americanas desde as primárias até à tomada de posse de Joe Biden que ocorreu no passado dia 20 de Janeiro. Era fundamental que estas eleições fossem marcadas pela derrota de um Presidente com uma visão fascizante, conservadora, racista e promotora de ódios. Como imigrante trabalhador, senti e ainda sinto na prática algumas das medidas injustas que Donald Trump procurou aplicar ao longo do seu mandato. Mas mais do que isto, vi como os sectores mais conservadores da sociedade se galvanizaram através de Trump e da sua presidência. O ódio e o preconceito banalizaram-se e aqueles que o promovem ganharam confiança e, com isso, força.

Em todo o período pré-eleitoral e eleitoral, Donald Trump fez tudo para radicalizar ainda mais o que era um discurso já radical. Perante a pandemia, a palavra de ordem do ex-Presidente foi fragilizar ainda mais os mais fragilizados. Desta forma, tentou atrasar a aprovação dos estímulos económicos que ajudariam aqueles que no contexto do COVID-19 se viram sem emprego e sem uma segurança social que os pudesse proteger. Da mesma forma, Trump colocou milhões de imigrantes entre a espada e a parede por via da suspensão da atribuição ou renovação de vistos

e do reforço das iniciativas de ex-patriamento por parte do ICE, os serviços responsáveis pela imigração nos EUA. Por tudo isto, deixei de me surpreender por ver sindicalistas ou aqueles envolvidos na luta dos direitos humanos empenhados em participar activamente nas eleições americanas e na sua derrota. Tornou-se compreensível. Era a batalha necessária.

Além de tudo o que descrevi anteriormente, Trump teve a capacidade de levar a política ao plano do irracional. Disse que o COVID-19 ia desaparecer sozinho. Disse para as pessoas injectarem lixívia. Distorceu a verdade a uma velocidade quase superior àquela com que falava. Gerou e alimentou ódios. Promoveu e procurou banalizar a extrema-direita. Tudo isto foi certamente horrível de observar. Por fim, aquilo que se viu no Capitólio, no dia 6 de Janeiro, representou simplesmente o momento apoteótico da visão fascizante, anti-democrática e racista que Trump promoveu.

Para mim, como imigrante nos EUA, a opção de quem era melhor era demasiado óbvia nestas eleições. Para todos que se posicionam na defesa da saúde e educação universal ou em prol da redução das desigualdades sociais ficou claro que Donald Trump tinha de ser derrotado. Na verdade, arrisco-me a dizer que nos últimos 30 anos, nunca dois candidatos pareceram tão diferentes numa eleição americanas. A culpa disso é exclusivamente de Donald Trump e de tudo o que defendeu e

de como o defendeu. Mas isso não faz Biden diferente do que sempre foi. Altera o contexto das eleições, claro. E o contexto importa. Mas por favor, não esqueçamos que Biden tem responsabilidades na política americana há quase quatro décadas. Esteve envolvido em Administrações desde o tempo de Clinton e antes disso já era um senador influente. Donald Trump defender tudo o que é repudiável não altera a natureza de Joe Biden e tudo aquilo que ele tem defendido. Mas a derrota de Trump não garante, de forma alguma, que haja uma política orientada para defender os mais fracos. Para isso, também a política defendida por Joe Biden precisa de ser derrotada. Deixem-me ser um pouco mais claro. Mesmo com Joe Biden, o cidadão médio americano continuará muito longe de ter acesso aos direitos que na maioria das constituições dos países europeus estão garantidos universalmente e mais longe ainda do que os progressistas do mundo continuam a reivindicar.

Sei que seguramente não pareceu isso a muitos dos que acompanharam as eleições e há muitos leitores a torcer o nariz neste momento. O espectáculo proporcionado pelo modelo presidencialista americano e que faz os partidos reféns das suas vedetas tem tudo para atrair multidões dentro dos EUA mas também para o Resto do Mundo. É também um espectáculo, de cor, publicidade, acontecimentos provocados e outros acidentais. Os órgãos de comunicação tomam partido. Ver um

ou outro canal televisivo é como ver uma televisão afiliada com um partido. Toda a gente tem de ter uma posição. Não há objectividade. Com isto tudo, o espectáculo torna-se envolvente e transborda fronteiras. O mundo global tem a capacidade de tornar próximas coisas que acontecem do outro lado do mundo. Apenas um à parte para dizer que não me parece que seja assim com tudo. Fico com a impressão que se determinado acontecimento sucede nos EUA ou na Europa dos Ricos (Paris, Londres, Berlim) a atenção dada em Portugal é infinitamente proporcional do que se o mesmo fenómeno se passasse num qualquer país africano ou asiático. Acabamos por nos sentir familiarizados com coisas que acontecem sem nos apercebermos que o que chega até nós é sempre uma visão simplificada da realidade.

Foi neste contexto que me apercebi que alguns dos meus conhecidos e amigos em Portugal acompanharam esta eleição com uma esperança redobrada que só consigo explicar se acreditar que eles partilham da convicção que um ou outro resultado ia influenciar a sua vida. Vi pessoas e órgãos de comunicação a dar mais atenção a estas eleições do que a acontecimentos relevantes em Portugal e isso deixou-me confuso. Deixem-me ser mais claro. É minha convicção que se para um americano de rendimento médio, trabalhador, latino ou negro, é diferente que Joe Biden tenha ganho, também acredito que para um trabalhador em Portugal isso não fará grande diferença. Os EUA já provaram que a sua natureza intervencionista no mundo não depende exactamente de quem é o seu Presidente. Se é verdade que os discursos de Obama podem ser comoventes e que o Obamacare revolucionou o acesso à saúde nos EUA, também é verdade que as acções na Líbia ou no Médio Oriente não podem ser esquecidas. Claro que não é indiferente que o Presidente dos EUA tenha uma mensagem mais pacificadora ou uma outra mais incendiária, mas o que seria mesmo diferente e radicalmente novo era que houvesse um Presidente dos EUA empenhado em alterar o posicionamento que este país tem tido em termos geo-políticos e em termos económicos. Um Presidente que fosse capaz de ter uma visão menos imperial e mais solidária. Que levantasse o embargo a Cuba e que em vez de balas e mísseis enviasse comida e médicos. Esse Presidente não é seguramente Joe Biden e para a esquerda americana é mais que compreensível que com Trump e Biden há sempre muita luta a fazer. Quanto ao resto do mundo, esse tem que entender que entre um Presidente mais rude ou outro mais fofinho, os EUA continuarão a ser a sede das maiores multi-nacionais mundiais e terão o objectivo de aprofundar a dominação económica e de explorar de forma insustentável os recursos mundiais.

MÚSICA

Tal Qual o Corpo da Cidade

Maria João Pereira

As ruas de Lisboa têm uma agitação própria. Os dias correm por elas com azáfamas de muitas vidas. Mas se em qualquer uma delas se der o acaso de nos encontrarmos com o silêncio e se conseguirmos ouvir adiante desse silêncio, não será estranho que ouçamos a voz de Carlos do Carmo, como um pregão, um aceno, uma onda que desagua devagarinho, onde o Tejo encontra a sua margem.

“Eu lembro-me dessa Lisboa da fadistagem, até o cheirinho que a cidade tinha. Íamos ao Faia todos os anos, e ouvíamos o Carlos. Pensava sempre que Lisboa era aquele homem e aquele homem era Lisboa”, disse-nos Pedro. “Eu era pequena e pedia à minha avó um xai-le e num cantinho da sala cantava o *Canoa do Tejo*, só para no fim poder ouvir o meu avô dizer: melhor que tu, só cantado pelo Carlos do Carmo”, acrescenta Isabel. “Fado. Para mim, Amália era o seu lado feminino, e Carlos do Carmo, o masculino. Hoje, no reino dos céus, lá onde habitam os deuses, haverá um bonito encontro de fado e poesia” disse Rosa, no dia da sua morte.

Carlos do Carmo mora na memória de muitos de nós. Foi para muitos companhia da vida inteira, no rádio, nos discos, nas poesias ditas e cantadas ao ouvido. Deixou-nos no primeiro dia do ano.

Certamente que sem ele o fado não seria hoje o que é: pelo tanto que cantou, como cantou, com quem cantou, a quem pediu poemas, por todos os fadistas mais novos que “levou pela mão”.

Filho de uma importante fadista, Lucília do Carmo, deambulou por outros destinos e caminhos, até regressar inevitavelmente ao seio do fado quando assumiu a

gestão do Faia, onde começou a cantar publicamente.

Em 1964 grava uma versão do *Loucura* que pelo engenho e audácia incendia o mundo do fado. Incorporou sem pudor todas as suas influências musicais que não se limitavam ao fado, traço que manteve ao longo de toda a carreira.

Na sequência da distinção enquanto melhor interpretado pela Casa da Imprensa em 1967, grava o seu primeiro álbum e lança assim a primeira pedra do “castelo” que viria a erigir no meio. Um dos pontos altos da sua carreira viria a acontecer com o lançamento de *Um Homem na Cidade*, álbum clamado como inovador pelas suas composições, onde apenas canta poemas de Ary dos Santos. Esta foi aposta que manteve ao longo do tempo, trazendo ao universo do fado autores como António Lobo Antunes, Júlio Pomar, José Saramago. E também musicalmente se manteve ousado editando álbuns conjuntos com Bernardo Sasseti ou Maria João Pires.

Envolveu-se sempre com a vida da cidade, com as suas pessoas e n’A Voz do Operário não podemos deixar de lembrá-lo, pela relação profunda que conosco desenvolveu. Em 1992 foi-lhe atribuído o título de Sócio Honorário e entre tantos outros gestos, em 2008, o fadista doou as receitas do espectáculo comemorativo dos seus 45 anos de carreira à instituição, num momento particularmente difícil. Em 2017, na primeira Gala de Fado d’A Voz do Operário, foi-lhe atribuído o Prémio Solidariedade, como expressão desta relação de companheirismo tão cúmplice.

A par de todo o sucesso do seu trabalho nunca deixou de ser um homem de fortes convicções, crítico da noite fascista, defensor da liberdade cívica e artística. Quando em 2014 lhe foi atribuído um Grammy Latino que celebrava todo o seu percurso (o primeiro atribuído a um



Carlos do Carmo morreu no primeiro dia de 2021, com 81 anos.

artista português) não recebeu os parabéns do então Presidente da República, Cavaco Silva – muitos supuseram que talvez como consequência da sua proximidade com o Partido Comunista Português – anos mais tarde, quando numa entrevista lhe perguntaram se a falta de apoio o havia incomodado, respondeu com um franco sorriso que não, “considerarei até um elogio”.

A cidade, o país e o povo sentirão falta das suas cantigas, do aconchego das suas palavras, do embalado da sua música. Devemos ficar atentos ao lugar depois dos silêncios, por todas as ruas, certamente que aí, o encontraremos sempre.

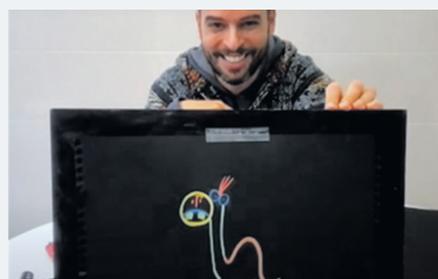
Sugestões culturais

Mamute
V.A.



Apresenta-se como a primeira revista portuguesa de ensaios criativos e autobiográficos em formato longo, propondo-se a contar histórias pessoais que tenham eco coletivo. Pretende abordar temas socialmente relevantes, informativos, que ajudem a pensar o mundo em que vivemos. As pessoas serão incentivadas a participar, propondo temas e assuntos para histórias, dando ideias e sugestões. A regularidade é trimestral.

O Fungagá das Artes
MNAC



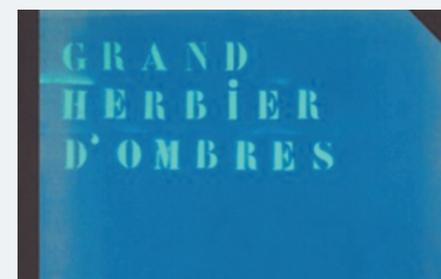
Durante o confinamento, o Museu Nacional de Arte Contemporânea está a promover aulas de desenho. Decorrem em directo, aos sábados, pelas 11 horas, no canal de Youtube do professor de desenho Nelson Ferreira. A primeira sessão já aconteceu e pode ser revista na plataforma. Depois do confinamento, os desenhos feitos valerão uma entrada no museu.

Cidadania, porque sim!
Museu do Aljube



O Museu Resistência e Liberdade iniciou, no final de janeiro, um ciclo de debates sobre cidadania, que se estenderá até meados de junho. As sessões (durante o confinamento, a decorrer online, nas plataformas do museu), serão dedicadas a vários dos braços da cidadania: igualdade de género, não discriminação e anti-racismo, procurando pensar também estruturas de formação e debate como as escolas e museus.

Grand Herbiier D’Ombres
Lourdes Castro



A Documenta reeditou, no final do ano, o livro da artista plástica Lourdes Castro, conhecida por dominar com mestria, ao longo da sua obra, a sombra. Feito na Ilha da Madeira, durante o verão de 1972, o Grande Herbário de Sombras reúne cerca de 100 espécies botânicas diferentes, a maioria do jardim da artista, feitas sobre a seda de serigrafia, um conjunto de sombras de tons oníricos.

PATRICE LUMUMBA



Patrice Lumumba foi o primeiro Primeiro Ministro democraticamente eleito da República Democrática do Congo.

60 anos sem Lumumba da apoteose à maldição

Há 60 anos, Patrice Lumumba, o jovem líder do recém-independente Congo belga, era assassinado em Janeiro de 1961 às mãos dos seus inimigos, com a cumplicidade da CIA, de Eisenhower, da ONU e do rei da Bélgica. Estava consolidada a pilhagem organizada do Congo.

Raquel Ribeiro

Uma onda descolonizadora acendeu um rastilho por toda a África no final dos anos 50. A pressão da ONU no pós-Guerra e as experiências de descolonização violentas, como na Argélia, onde a Frente de Libertação Nacional levava já anos de guerra contra os franceses (desde 1954), empurraram o Congo belga para uma transferência de poder, só aparentemente pacífica em 1960.

O domínio belga do Congo, actual República Democrática do Congo (já se chamou Zaire), foi relativamente curto (80 anos, comparados aos mais de quatro séculos de presença portuguesa na África ocidental) mas profundamente violento. O rei Leopoldo II apoderou-se pessoalmente do segundo maior país de África, oficializando a posse na Conferência de Berlim (1885), quando impérios europeus dividiram o continente entre si. Mais de 10 milhões de congolezes morreram em trabalhos forçados e escravizados durante o reinado de Leopoldo, que acumulou, à época, mil milhões de dólares em fortuna. Para a extração de óleo de palma, borracha, ouro, cobre, Leopoldo concessionou enormes territórios, rios, florestas ricas em minério, transformando o Congo num sistema de pilhagem organizada que serviu como uma luva aos colonialistas belgas e à neo-colónia que se seguiu. Como lembrou Frantz Fanon, “o bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres

de negros, árabes, índios” e a “riqueza que a sufoca é a que foi roubada dos povos subdesenvolvidos”.

Neste contexto nasceu Patrice Lumumba em 1925. Era um “assimilado”. O seu activismo político intensificou-se e fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC), o primeiro partido político nacional. Em 1958, participou na Conferência de Todos os Povos Africanos, em Acra, Gana, organizada pelo recém-emposado Kwame Nkrumah. A partir de então, Lumumba adoptou a postura de um militante nacionalista anti-colonial, em defesa do pan-Africanismo supra-étnico e da independência do Congo.

Fanon escreveu que “a descolonização que se propõe mudar a ordem do mundo é, obviamente, um programa de desordem absoluta”. E o que se seguiu entre Maio de 1960 até ao assassinato de Lumumba, em Janeiro de 1961, é precisamente um programa de absoluta desordem, instaurado pelos seus inimigos políticos, pelos belgas, pelos EUA e a CIA, e pelas próprias Nações Unidas, para manter no Congo a ordem do mundo como o colonialismo a desenhara.

A independência chegou a 30 de Junho, com visita do rei Balduino e em clima de “cordialidade”, Lumumba era um primeiro-ministro fragilizado por uma série de golpes no seu governo. Balduino elogiou o trabalho “de génio” de Leopoldo II, descrevendo o fim da era belga como o culminar da sua “missão civilizadora”. Transmitiu desejos de uma relação estreita entre os dois países. Lumumba, que não estava destacado para falar, improvisou o discurso que fez soar

todos os alarmes. Lembrando que a independência do Congo não tinha sido “concedida” pela Bélgica, disse: “Embora a independência do Congo seja hoje proclamada em acordo com a Bélgica, um país amigo, com o qual estamos em igualdade de condições, nenhum congolês jamais esquecerá que a independência foi conquistada na luta [...] cheia de lágrimas, fogo e sangue. Estamos profundamente orgulhosos de nossa luta, porque foi justa, nobre e indispensável para acabar com a escravidão humilhante que nos foi imposta. Essa foi a nossa sorte durante os 80 anos de domínio colonial e as nossas feridas são demasiado recentes e dolorosas para serem esquecidas.”

A revista *Time* classificou-o de “ataque venenoso”. O Ocidente viu nele um “apelo às armas”. É assim, dizia Fanon, que “a apoteose da independência é transformada na maldição da independência, e o poder colonial, através do seu enorme poder de coerção, condena a jovem nação a regredir.” As repercussões fizeram-se sentir: motins no exército e a debanda de funcionários belgas mergulharam o país no caos.

De seguida, a província de Katanga anunciou a secessão. A companhia mineira anglo-belga UMHK, de onde saía 75% do cobre para armas da Segunda Guerra e o urânio para a bomba de Hiroshima, juntou-se aos separatistas e apoiou o golpe, com o auxílio das tropas belgas. Lumumba pediu a intervenção da ONU, mas os capacetes azuis recusaram-se a interferir na província. Encurralado e a perder o controlo do país, chamou a União Soviética.

A troca de mensagens entre o representante da CIA no Congo (onde também estava Frank Carlucci, depois embaixador em Portugal após 1974) e o diretor nos EUA, no Verão de 60, mostra que a criação de Lumumba como inimigo estava consolidada: “Patrice Lumumba nasceu para ser um revolucionário, mas não tem qualidades para exercer o poder uma vez tomado. Mais cedo do que tarde, Moscovo tomará as rédeas.” A CIA responde: “Se Lumumba continua no poder, o resultado será no mínimo caos e no máximo a eventual tomada do poder pelos comunistas, com consequências desastrosas para o prestígio das Nações Unidas e os interesses do mundo livre. A sua retirada deve, por isso, ser um objetivo urgente e prioritário para si.”

Em Setembro, o coronel jovem Joseph Mobutu (depois conhecido como Mobutu Sese Seko) anunciou uma “revolução pacífica” que era, efetivamente, um golpe de estado. A ONU reconheceu então a delegação enviada por Mobutu à Assembleia Geral. Acusado de incitar uma rebelião, Lumumba foi preso e em Janeiro de 1961, foi enviado para Katanga e recebido pelos belgas e separatistas.

Quem matou Patrice Lumumba?, pergunta 60 anos depois a Radio France Internationale, que tem publicado uma série de trabalhos sobre o congolês. “O assassinato do nacionalista congolês em 17 de Janeiro de 1961 perto de Lubumbashi, foi a acção coletiva de uma ‘associação de criminosos’. A responsabilidade pelo crime é partilhada entre quatro grupos de actores, que agora estão bem identificados. Cada um fez o seu papel: o americano patrocinou, o belga apoiou, o grupo de Mobutu comandou e o grupo de Tshombe atuou. Neste crime, há treze personagens.” Sabe-se que Lumumba foi torturado, antes de ser executado. O seu corpo foi desmembrado e dissolvido em ácido sulfúrico. O anúncio oficial da sua morte só se deu a 13 de Fevereiro de 1961. Com ele morreu também o sonho de um Congo unido, democrático, etnicamente plural e pan-Africanista.